

O PAPEL DO MEDIADOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

VITÓRIA LÍVIA PEREIRA DO AMARAL¹
AURELÂNIA MARIA DE CARVALHO MENEZES²

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal outorgada em 1988 prevê o direito ao acesso a educação a todo indivíduo que faz parte da sociedade, garantindo assim que as escolas tenham o dever de receber todo e qualquer tipo de aluno, sem discriminação ou exclusão. Nesse sentido, é importante destacar a Educação Especial como uma modalidade da educação que garante aos estudantes com necessidades especiais o direito de desenvolverem sua aprendizagem, respeitando suas limitações.

O Ensino Infantil é uma das fases mais importantes no que tange o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que fundamenta toda a base do processo educativo, e por tanto as crianças precisam vivenciar esse momento da maneira mais satisfatória possível.

O mediador é uma pessoa designada a auxiliar o aluno em sala de aula, e no que concerne a Educação Especial, se nota que o papel desempenhado pelo mediador se torna ainda mais necessário, em razão de que entre suas múltiplas funções está a de oferecer os caminhos para que a criança com necessidades especiais possa aprender, mesmo apresentando limitações. É importante salientar que existem diversas deficiências, dificuldades e distúrbios que se enquadram na Educação Especial, no entanto para cada um destes deve haver um

1 Graduada do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC, vitorialivia26@gmail.com;

2 Professora orientadora: especialista em Psicopedagogia, Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central - FACHUSC, lelamenezesluiza@yahoo.com;

planejamento diferente, que possa oferecer a esses estudantes a oportunidade de desenvolver suas habilidades cognitivas.

Partindo dessa perspectiva, o presente artigo se desenvolveu a partir da busca por analisar a prática do mediador na Educação Especial com enfoque no Ensino Infantil, tendo como problema de pesquisa o intuito de verificar quais são as contribuições que a prática do mediador oferta para as crianças com necessidades especiais no Ensino Infantil? Para elucidar a esta pergunta se levantou se como hipótese principal o entendimento de que, através do mediador todo o processo ensino e aprendizagem das crianças especiais poderá ser facilitado, uma vez que o trabalho deste profissional consiste principalmente em permitir que os alunos construam caminhos que possam facilitar a absorção e construção de seus conhecimentos.

Para realização deste trabalho se fez uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando de fontes primárias, encontradas em livros, revistas e sites que abordam sobre o assunto, levando em consideração as ponderações de autores e estudiosos renomados, que pesquisaram sobre o tema e publicaram sobre o mesmo.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa realizada para construção do trabalho foi bibliográfica, qualitativa e dedutiva, visto que o suporte teórico da mesma se deu através da análise e seleção de publicações de terceiros. O método bibliográfico é na perspectiva de Gil (2008) um importante método para escrita de trabalhos acadêmicos, uma vez que fornece o embasamento necessário para a produção do mesmo. Além disto, para melhor elaboração da escrita, se optou por publicações datadas nos últimos 10 anos, em português.

O pressuposto trabalho se caracteriza como um estudo de caráter descritivo, utilizando como forma de pesquisa a revisão bibliográfica, método de investigação que busca em um primeiro momento formular uma pergunta específica que irá nortear a escrita do trabalho, buscando responde-la através da análise das publicações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial no Brasil surgiu em um contexto cuja principal característica foi a falta de compromisso do poder público com a educação de uma maneira geral assim o início da educação especial não tinha nenhuma relação com a escola regular desta forma esse tipo de ensino se caracterizava como restrita somente aqueles estudantes que apresentavam condições especiais e que desta forma deveriam ser separados daqueles educandos considerados normais todavia após a promulgação da lei número 4024 de 20 de dezembro 1961 que fixo as diretrizes e bases da educação nacional uma inserção da educação especial na política educacional.

Uma das possíveis justificativas para a separação da educação especial era aquela que defendiam a necessidade desta separação para que fosse fornecido um atendimento melhor para as necessidades educacionais dos alunos que usufruíssem da mesma no entanto o que se nota é que essa segregação não contribuía para integração e inclusão destes estudantes.

A partir da promulgação na Constituição federal de 1988 que defendia a relação entre acuidade e qualidade de ensino e que Visa vai a promoção de um ambiente quem inclui sim à todos empreendeu se no contexto educacional brasileiro uma reforma com o intuito de fazer valer todos os direitos sociais trazidos pela Constituição federal promovendo uma educação igualitária para todos. Assim um dos objetivos desta reforma foi implementação por meio da adoção de políticas de educação inclusiva a reformulação dos serviços e políticos no que tange a educação especial destarte é importante mencionar que ao falar de inclusão salienta-se que a educação especial não pode se caracterizar como modelo educacional que substitui o que substitua o desenvolvimento do processo educativo desta forma esse tipo de educação não pode ser visto como um sistema diferenciado de separação ou substituição do ensino comum assim ao reestruturar a educação especial tendo por base os princípios inclusivos significa ofereça o educando uma atendimento para as suas necessidades dentro do próprio processo educativo não classificando o categorizando visto que essas ações fortalecem as situações em que o discente possa se sentir excluído assim corroborando com essa afirmação gráteis destaca que o papel da educação especial.

Sendo assim, estudantes com TEA e demais transtornos ou quaisquer deficiências são agrupados como “especiais”, em decorrência de suas limitações e dificuldades de aprendizagem, portanto necessitam que as escolas se adaptem a recebê-los no ensino regular, inclusive com a organização de salas especializadas para os estudantes ditos como “especiais”, é a chamada sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE); tudo voltado para a socialização do estudante, de forma a facilitar sua autonomia,

Com isso, percebe-se que a luta de mães faz valer movimentos e causas por todo o país em busca de melhorar a qualidade de vida dos autista, como exemplo merece destaque as ações desenvolvidas pela AMA (Associação de Amigos do Autista), criada em 1983 em São Paulo por pais de autistas, com o intuito de alcançar o tratamento adequado para o espectro.

Com isso, é perceptível o papel que a escola desempenha na integração dos estudantes com necessidades especiais.

Então é perceptível que a intensidade do autismo varia de acordo com o grau do comprometimento relacionado à linguagem, interação e aspectos sensoriais; aspectos esses que podem ser identificados quando a criança já está maior e na maioria das vezes se manifestam com mais evidência na fase escolar ou podem se manifestar logo nos primeiros meses de vida, quando o bebê, por exemplo, recusa o leite materno. O atraso na busca de um diagnóstico, ocorre principalmente devido ao preconceito, principalmente por parte dos familiares e como consequência uma das principais características identificadas em meninos e meninas maiores estão relacionadas ao atraso na fala ou ao aspecto sensorial, em que ocorrem episódios de extremo estresse e euforia, sendo crianças agitadas e impulsivas.

Trabalhar a inclusão dos alunos especiais em sala de aula ainda é um grande desafio, mesmo sendo um direito assegurado pela lei, contudo é necessário aprender a lidar com a diversidade e acolher da melhor forma possível o estudante com especial, para tanto é preciso medidas como: promover uma adaptação ao ambiente (Antes de iniciar as aulas, peça aos familiares da criança com autismo que a leve para conhecer os ambientes da escola. Isso vai deixá-la mais tranquila e familiarizada com o espaço quando as aulas começarem), evitar ruídos altos (Algumas crianças com têm hipersensibilidade a ruídos altos e alguns barulhos podem incomodá-la. O ideal é pedir aos pais

da criança para levá-la para a escola um pouco antes das outras crianças chegarem, assim ela poderá ir se acostumando com os ruídos do ambiente, gradualmente), não faça diferenciações do conteúdo (Todos os alunos precisam aprender o mesmo conteúdo em sala da aula, ainda que seja necessário fazer algumas adaptações na forma como ele será apresentado e trabalhado por cada um), transmita orientações claras e use recursos visuais, promova atividades coletivas, etc.

Outro ponto relevante, é o uso de jogos na sala de aula, uma vez que auxiliam no desenvolvimento da criança sob as perspectivas criativa, afetiva, histórica, social e cultural, pois brincando a criança inventa, descobre, desenvolve habilidades e experimenta novos pontos de vista, reduzindo as dificuldades. Com esse intuito se pode sugerir jogos como: palavras fatiadas, para identificar sílabas e formar palavras, jogo da velha, quebra-cabeça e outros.

Como exemplo de transtorno se pode mencionar o autismo, ou o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) como é popularmente conhecido, é uma condição de saúde que atinge principalmente as crianças, causando déficit do desenvolvimento comunicacional e, consequentemente, dificuldades de socialização. Apesar das dificuldades envolvidas no tratamento de crianças com autismo, é possível usar vários jogos como aliados, sendo uma forma de estimular a aprendizagem e o desenvolvimento dos indivíduos.

Há muitos subtipos do transtorno, incluindo problemas de comportamento (agitação e irritação frequente), além da realização de movimentos repetitivos.

Hoje em dia, sabe-se que as causas do autismo são inúmeras, mas estudos recentes demonstram que os fatores genéticos são os que mais prevalecem na incidência do TEA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Brasileira outorgada em 1988 prevê o direito a educação para todos os indivíduos que fazem parte da sociedade, sem distinção. Assim a Educação Especial é uma modalidade do ensino que garante aos estudantes com limitações, a efetividade deste direito (BRASIL,1988).

A Educação Especial não pode ser vista como uma parte separada do Ensino Regular, pois um dos intuitos desta modalidade de ensino

é contribuir com a inclusão, através de planejamentos, metodologias e ferramentas propícias para isso, além de um espaço adequado e de um profissional que possa mediar esta relação, no caso o mediador NEVES,2020).

A Educação Especial atende estudantes que apresentam alguma deficiência física, distúrbio ou transtorno de aprendizagem, e representa a oportunidade de que, alunos com dificuldades possam aprender dentro das suas limitações (MACIEL, 2019).

É importante salientar que a Educação Inclusiva trata de oferecer recursos para que seja possível o aluno desenvolver sua aprendizagem e evoluir ao passar do tempo, permitindo que ele conviva de forma igualitária com todos, e assim existe de fato a interação e a inclusão deste aluno especial.(ANDRADE,2020).

Nessa perspectiva, urge mencionar sobre o papel do mediador na Educação Especial, mais necessariamente no Ensino Infantil, visto que crianças carecem sempre de uma atenção maior, e o Ensino Infantil é segundo a LDB a primeira fase da Educação Básica, e por tanto uma das mais importantes. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1996).

Assim, nesse contexto o mediador tem o dever de fomentar metodologias que contemple e facilite o processo ensino e aprendizagem de crianças especiais (NEVES,2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito ao acesso a educação deve ser garantido a todo indivíduo que faz parte da sociedade, e a Educação Especial é uma forma de garantir aos estudantes com necessidades especiais a efetivação deste direito. O mediador tem um papel muito importante neste processo.

A criança especial dependendo da sua condição possui limitações que vão lhe exigir mais cuidados e atenção. Nesse sentido o mediador contribui para que as vivencias deste educando em sala de aula seja o melhor possível e para que ele possa de fato se desenvolver, mesmo apresentando limitações.

O mediador estabelece vinculos entre ele e a criança, a criança e o professor e a criança e os outros colegas, ou seja, ele contribui para o estabelecimento das relações em sala de aula, algo que poderia ser difícil se não houvesse o seu intermédio.

Todavia, é importante esclarecer que o mediador atua em conjunto com diversos outros fatores e por tanto não se pode lhe atribuir totalmente a responsabilidade do processo ensino e aprendizagem do educando que esteja aos seus cuidados. Oferecer uma educação de qualidade e garantir que todos usufruam dela, sem distinção, é uma responsabilidade de todos e por isso cabe a sociedade ajudar o mediador neste trabalho.

Os diferentes tipos de deficiência, distúrbio e transtorno requerem do mediador planejamentos diferentes, pois cada um age de uma forma, e mesmo aqueles que possuem a mesma necessidade, podem apresentar maneiras de aprender distintas.

Assim compreende-se que a figura do professor é primordial para o processo de ensino aprendizagem, desde que possa mediar o conhecimento propiciando o desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, esse projeto viabiliza enfatizar a necessidade do aperfeiçoamento de técnicas pedagógicas e metodologias ativas que lhes proporcione um ensino significativo e desta forma permita a todos aprender, de forma sadia e igualitária, sem distinção e sem exclusão.

Palavras-chave: Mediador; Educação Especial; Educação; Professor;

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. Educação Inclusiva numa Perspectiva Humanizadora. Brasília – DF, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 1996 capítulo V educação especial. Brasília, DF LDB 1996.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MACIEL, Maria Regina Cazzaringa. Portadores de Deficiência e a questão da inclusão social. São Paulo Apr./june 2019.

NEVES, Renam Bezerra. A inclusão de alunos com necessidades especiais no Ensino Regular. São Paulo, 2020.